

# Bolsa de R\$ 600 e contrato de um ano

► Com a geração de emprego influenciada pelo programa de redução salarial, o governo sinalizou ontem que o plano para incentivar a contratação de jovens pode durar mais tempo que o inicialmente previsto. Segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes, o chamado Bônus de Inclusão Produtiva (BIP), que prevê o pagamento de bolsas para jovens que não estudam nem trabalham, poderá funcionar com contratos de até um ano — mais que os seis meses previstos. Guedes anunciou ainda que o valor mensal será de R\$ 600.

A medida serviria como uma ponte para um novo regime de trabalho com menos encargos trabalhistas, conhecido como Carteira Verde e Amarela. Para especialistas, a iniciativa precisa ser monitorada para garantir que os postos gerados resultem em qualificação de trabalhadores e não sirvam apenas para inflar os dados de



Guedes diz que metade da bolsa será bancada pelo governo

contratações.

O anúncio foi feito por Guedes durante a divulgação dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Segundo o levantamento, o saldo entre contratações e demissões em abril ficou em 120,9 mil postos. O número positivo é reflexo de fatores que incluem o efeito do chamado Benefício Emergencial (BEm), que permite acordos de redução

de jornada e salários e suspensão de contratos.

Guedes deu ontem mais detalhes sobre o BIP, que já havia sido mencionado pelo ministro no mês passado.

— O governo vai pagar R\$ 300 e as empresas vão pagar R\$ 300. As empresas pagando para dar curso de qualificação de mão de obra. É o treinamento no mercado de trabalho no próprio emprego —, disse o ministro.

## ‘Nem nem’ na mira

► A proporção de jovens que nem trabalham nem estudam aumentou durante a pandemia da Covid-19 no Brasil. Levantamento da FGV Social mostra que a quantidade de jovens entre 15 e 29 anos considerados “nem nem” sofreu uma aceleração a partir do fim de 2019, teve seu recorde histórico durante 2020 e fechou o ano com taxa de 25,52%.

“A até certo ponto surpreendente queda da evasão escolar dos jovens acompanhou a alta da desocupação trabalhista. É preciso simultaneamente ampliar e detalhar os elementos da decadência trabalhista ocorrida entre os jovens, incorporando o próprio efeito instrumental da educação obtida

sobre salários e produtividade”, escreveu o diretor do FGV Social e responsável pela pesquisa, Marcelo Neri.

O pesquisador do FGV Ibre Rodolpho Tobler avalia que a taxa de desemprego de jovens no Brasil é muito mais alta do que a de pessoas de média idade, mas a efetividade do programa vai depender de como será feita a qualificação.

A economista da Coface para América Latina, Patrícia Krause, pondera que o governo precisa delimitar o foco desse programa.

— Algumas mudanças estruturais e processos de digitalização foram acelerados pela Covid e vão seguir. É preciso preparar a população para empregos que surgirão. ▀